

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Rosal Energia S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	7
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	18
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	19
6. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	20
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
8. IMOBILIZADO	20
9. INTANGÍVEL	22
10. FORNECEDORES	23
11. PROVISÕES	23
12. TRIBUTOS	24
13. ENCARGOS SETORIAIS.....	26
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
15. RECEITA.....	29
16. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA “A”	30
17. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”	30
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	31
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	31
20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	33
21. NOTAS DE CONCILIAÇÃO	36
TERMO DE RESPONSABILIDADE	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Rosal Energia S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A ROSAL ENERGIA

A Rosal Energia S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, subsolo 1, Sala 8, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a geração e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética. A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.

Capacidade instalada

Central Gerada	Capacidade instalada (MW)
Rosal	55

Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Total (MW) (Não auditado)	Garantia Física Total (Não auditado)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Rosal	55	27,7	UHE	1999	13/12/2035

Garantia Física Realizada e Esperada em MW (não auditado)

Usina	2022 Realizado	2023 Realizado	2024	2025	2026	2027	2028
Rosal	29,1	27,7	27,7	27,7	27,7	27,7	27,7

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 31/12/2023	Preço no ACR em 31/12/2023	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
Rosal	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável

Projetos de usinas – evolução física e investimentos

Usina	Evolução física até 31/12/2022	Investimento realizado até 31/12/2022	Evolução física até 31/12/2023	Investimento realizado até 31/12/2023
Rosal	94%	7.869	100%	10.395

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é de R\$46.944 mil, constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia apurou um lucro regulatório de R\$29.891 mil em 2023, em comparação ao resultado de R\$25.559 mil em 2022.

Receita Operacional

A receita bruta de fornecimento de energia elétrica foi de R\$61.114 mil em 2023 (R\$59.125 mil em 2022), que representa uma redução de 3,36%.

Tributos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$15.872 mil em 2023, comparados a R\$14.594 mil em 2022, representando uma redução de 8,76%.

Vide mais informações sobre a composição da receita operacional na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$17.140 mil em 2023, comparado a R\$18.325 mil em 2022, representando uma redução de 5,71%, dos quais R\$5.986 mil (34,92%) referem-se aos custos não gerenciáveis e R\$11.154 mil (65,08%) referem-se aos custos gerenciáveis. Essa redução decorre, principalmente, da redução dos custos com energia elétrica comprada para revenda.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro em 2023 foi uma receita financeira líquida de R\$3.243 mil, comparada a uma receita financeira líquida de R\$1.792 mil em 2022, representando um aumento de 80,97%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2023, a Companhia apurou despesas no montante de R\$1.454 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 4,64% em relação ao lucro de R\$31.345 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$2.436 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 8,70% em relação ao lucro de R\$27.995 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA da Companhia foi de R\$31.066 mil (R\$29.274 mil em 2022) e a Margem do LAJIDA foi de 68,67% no mesmo período (65,74 % em 2022), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var. %
Resultado Líquido	29.891	25.559	16,95
Despesa de IR e CS	1.454	2.436	(40,31)
Resultado Financeiro	(3.243)	(1.792)	80,97
Depreciação e amortização	2.964	3.071	(3,48)
LAJIDA	31.066	29.274	6,12

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e

segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

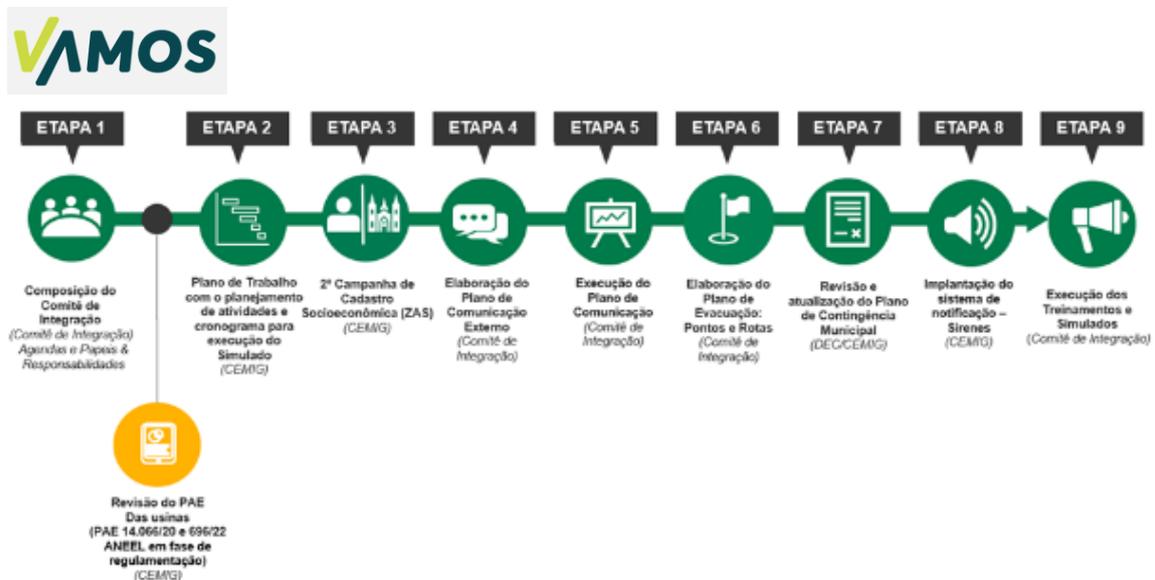
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis emergências;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em emergências;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura. Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e

metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 06 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 07 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 07 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 05 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano.
- 08 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti;
- 06 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado e Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de cerca de 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Cíveis Municipais e Corpo de Bombeiros).

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2024, que, ao resultado societário do exercício de 2023, no montante de R\$27.839 mil, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.052 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2023, seja dada a seguinte destinação:

- Do montante de R\$14.945 mil referente aos dividendos mínimos obrigatórios, R\$13.202 mil foi pago em 2023 como dividendos intercalares, e R\$1.744 mil deverá ser pago até 31 de dezembro de 2024; e
- R\$14.945 mil referentes a dividendos adicionais propostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais Autoridades Federais, Estaduais e Municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Rosal Energia S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Rosal Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Rosal Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rosal Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Rosal Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG


Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022****(Em milhares de Reais)****ATIVO**

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.963	2.900
Investimentos Temporários	4	6.190	15.834
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5	7.236	5.808
Tributos Compensáveis	7	65	4
Outros Ativos Circulantes		377	1.109
TOTAL DO CIRCULANTE		16.831	25.655
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos Temporários	4	-	60
Tributos Compensáveis	7	571	454
Depósitos Judiciais		543	539
Imobilizado	8	54.474	54.256
Intangível	9	7.631	8.237
Direito de uso		323	82
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		63.542	63.628
ATIVO TOTAL		80.373	89.283

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022****(Em milhares de Reais)****PASSIVO**

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	1.826	1.359
Obrigações Sociais e Trabalhistas		702	727
Impostos, taxas e contribuições	12a	822	562
Imposto de renda e contribuição social a recolher	12b	126	359
Encargos Setoriais	13	1.428	2.025
Dividendos a pagar	14	1.744	12.780
Convênio de compartilhamento		255	254
Outros passivos		96	36
TOTAL DO CIRCULANTE		6.999	18.102
NÃO CIRCULANTE			
Encargos setoriais	13	707	823
Impostos, taxas e contribuições	12a	594	515
Impostos de renda e contribuição social diferidos	12c	281	413
Provisões	11	85	78
Outros passivos não circulantes		269	80
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.936	1.909
TOTAL DO PASSIVO		8.935	20.011
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	14		
Capital social		46.944	46.944
Reservas de Capital		160	160
Reservas de Lucros		24.334	22.168
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.438	69.272
PASSIVO TOTAL		80.373	89.283

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA BRUTA	15	61.114	59.125
Fornecimento de Energia Elétrica		62.768	51.438
Energia Elétrica de curto prazo		(1.654)	7.687
TRIBUTOS	15	(12.321)	(10.841)
ICMS		(10.473)	(9.012)
PIS/Pasep		(329)	(326)
Cofins		(1.519)	(1.503)
ENCARGOS - PARCELA "A"	15	(3.551)	(3.753)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(452)	(449)
Reserva Global de Reversão – RGR		(1.141)	(1.126)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH		(1.866)	(2.050)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica – TFSEE		(92)	(128)
RECEITA LÍQUIDA	15	45.242	44.531
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		(5.986)	(7.776)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.087)	(2.586)
Encargos de uso da rede de distribuição		(4.899)	(5.190)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		39.256	36.755
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(11.154)	(10.552)
Pessoal e administradores		(2.586)	(2.683)
Materiais		(395)	(385)
Serviços de terceiros		(4.536)	(4.219)
Arrendamentos e aluguéis		(27)	(59)
Seguros		(90)	(89)
Tributos		(517)	(48)
Depreciação e amortização		(2.964)	(3.071)
Provisões		(7)	30
Gastos diversos		(32)	(28)
RESULTADO DA ATIVIDADE		28.102	26.203
Resultado Financeiro		3.243	1.792
Receitas Financeiras		3.449	1.934
Despesas Financeiras		(206)	(142)
Resultado antes dos Impostos		31.345	27.995
Despesa com Impostos		(1.454)	(2.436)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		29.891	25.559

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022****(Em milhares de Reais)**

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	29.891	25.559
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>29.891</u>	<u>25.559</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	46.944	160	9.389	15.256	-	71.749
Dividendos Adicionais Propostos 2020 (R\$404,99 por lote de mil ações)	-	-	-	(15.252)	-	(15.252)
Resultado do exercício	-	-	-	-	25.559	25.559
Absorção de prejuízos regulatórios	-	-	(4)	-	-	(4)
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(12.780)	(12.780)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	12.779	(12.779)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	46.944	160	9.385	12.783	-	69.272
Dividendos Adicionais Propostos 2022 (R\$404,99 por lote de mil ações)	-	-	-	(12.779)	-	(12.779)
Resultado do exercício	-	-	-	-	29.891	29.891
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Dividendos obrigatórios intercalares	-	-	-	-	(13.202)	(13.202)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(1.744)	(1.744)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	14.945	(14.945)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	46.944	160	9.385	14.949	-	71.438

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022****(Em milhares de Reais)**

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	29.891	25.559
Ajustes por:		
Depreciação (Nota 8)	2.964	3.071
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Nota 12)	1.454	2.436
Varição Monetária de Depósitos Judiciais	(5)	(4)
Provisões	(7)	(30)
Baixa de imobilizado	-	8.554
Rendas de aplicações financeiras	(2.559)	(1661)
	31.738	37.925
(Aumento) Redução de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	(1.428)	(1.622)
Tributos Compensáveis	(197)	(170)
Depósitos Judiciais	1	-
Outros Ativos	443	404
	(1.181)	(1.388)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	467	(953)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	(25)	143
Impostos, taxas e contribuições	339	(32)
Encargos Setoriais	(715)	(80)
Convênio de compartilhamento	1	31
Outras Obrigações	262	3
	329	(888)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	30.886	35.649
Juros resgatados em Títulos e Valores mobiliários	2.490	1.373
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.800)	(2.198)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31.576	34.824
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Investimentos Temporários	(42.091)	(45.982)
Resgate de Investimentos Temporários	51.865	40.683
Imobilizado	(2.527)	(12.213)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	7.247	(17.512)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(38.760)	(15.252)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(38.760)	(15.252)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	63	2.060
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.900	840
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.963	2.900

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rosal Energia S.A. (“Companhia” ou “Rosal”), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, sediada em Belo Horizonte – MG e tem por objetivo a produção e comercialização de energia elétrica produzida na Usina Hidrelétrica de Rosal (“UHE Rosal”). A Companhia tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A UHE Rosal está localizada nos municípios de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e São José do Calçado e Guaçuí, no Estado do Espírito Santo. O Contrato de Concessão para Geração e Transmissão de Energia Elétrica nº 001/97 foi assinado em 08 de maio de 1997, com prazo de duração da concessão para exploração de 35 anos.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a Rosal, o prazo de extensão foi de 1.314 dias, com novo fim da concessão previsto para 12/2035. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.

A Companhia teve sua licença de operação renovada, no início de março de 2011, por mais oito anos, já tendo sido protocolado no IBAMA novo pedido de renovação, conforme prazo estabelecido pelo órgão ambiental. Entre as ações implantadas, estão os programas de educação ambiental, de qualidade da água, reflorestamento das margens e recuperação de áreas degradadas, conservação e uso do reservatório, monitoramento de processos erosivos e a criação dos parques naturais municipais de Guaçuí (ES) e Bom Jesus do Itabapoana (RJ).

O pedido de renovação da Licença de Operação - LO, vencida em 02/03/2019, foi protocolado dentro do prazo legal e essa se encontra prorrogada automaticamente até a manifestação definitiva do IBAMA. Em fevereiro de 2022, o IBAMA emitiu ofício 27/2022/CGTEF/DILIC confirmando a prorrogação automática.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 10 de maio de 2023, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 9 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 15 – Receita (reconhecimento do fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 20 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.6 Principais práticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas do societário e estão apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelece a norma a seguir:

a) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação

acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

b) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

2.6 Reclassificação de itens nas Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Investimentos temporários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Banco conta movimento	41	126
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	102	105
Overnight	2.820	2.669
	2.963	2.900

Os **Certificados de Depósitos Bancários – CDBs** pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variaram 99,0% em 31 de dezembro de 2023, (99,0% em 2022) conforme operação.

As **operações de aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 11,42% a.a. e 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (variou entre 13,62% a.a. e 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2023	2022
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	592	1.739
Letras Financeiras Bancos - LFs	3.815	10.355
Letras Financeiras do Tesouro – LFTs	63	3.650
Debêntures	1.720	90
	6.190	15.834
Não Circulante		
Debêntures	-	60
	-	60
	6.190	15.894

Os **Certificados de Depósitos Bancários – CDBs** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 103% a 104,3% em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As Letras Financeiras que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre 108,6% e 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As Letras Financeiras que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre 11,83% a.a. e 11,85% a.a. do em 31 de dezembro de 2023 (entre 13,65% a.a. e 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre Taxa Referencial (TR)+1% e 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A classificação destes investimentos temporários está demonstrada na nota explicativa nº 20. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 19.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Descrição	Valores correntes	Valores renegociados		Total 2023	Total 2022
	Corrente a vencer	Renegociados a vencer			
	Até 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de energia					
Fornecimento industrial	1.341	-	1.694	3.035	882
(-) Arrecadação em processo de identificação	(77)	-	-	(77)	(74)
Suprimento - Não faturado	3.940	-	-	3.940	5.000
Suprimento energia	338	-	-	338	-
TOTAL	5.542	-	1.694	7.236	5.808

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 20.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Do total de Depósitos Judiciais, no montante de R\$543 em 31 de dezembro de 2023 (R\$539 em 31 de dezembro de 2022), R\$387 (R\$385 em 31 de dezembro de 2022) são referentes a ações trabalhistas movidas por empregados da Companhia, R\$133 (R\$133 em 31 de dezembro de 2022) são referentes a ações tributárias e R\$23 (R\$21 em 31 de dezembro de 2022) estão relacionados a ações de outras naturezas.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2023	2022
Circulante		
ICMS	61	-
Outros	4	4
	65	4
Não Circulante		
PIS-PASEP	102	81
COFINS	469	373
	571	454
TOTAL	636	458

8. IMOBILIZADO

As taxas anuais de depreciação são definidas por tipo de bem, conforme a Resolução Anel nº 674, de 11 de agosto de 2015, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023			2022		
		Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço							
Geração	2,48	94.160	(46.014)	48.146	93.664	(43.705)	49.959
Custo Histórico		94.160	(46.014)	48.146	93.664	(43.705)	49.959
Em Curso							
Geração		6.238	-	6.238	4.297	-	4.297
TOTAL AIS + AIC		100.488	(46.014)	54.474	97.961	(43.705)	54.256

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2022	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Geração							
Terrenos	2.035	-	-	2.035	-	2.035	2.035
Reservatórios, barragens e adutoras	42.356	-	-	42.356	(21.315)	21.041	21.924
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.206	-	-	16.206	(8.725)	7.481	7.862
Máquinas e equipamentos	32.943	-	496	33.439	(15.856)	17.583	18.130
Veículos	76	-	-	76	(76)	-	-
Móveis e utensílios	48	-	-	48	(42)	6	8
Subtotal	93.664	-	496	94.160	(46.014)	48.146	49.959

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2023	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Geração								
Máquinas e equipamentos	3.677	2.527	-	(496)	5.708	-	5.708	3.677
Edificações, obras civis e benfeitorias	42	-	-	-	42	-	42	42
Outros	578	-	-	-	578	-	578	498
Administração								
Subtotal	4.297	2.527	-	(496)	6.238	-	6.328	4.297
Total do Ativo Imobilizado	97.961	2.527	-	-	100.488	(46.014)	54.474	54.256

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2021	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Geração							
Terrenos	2.035	-	-	2.035	-	2.035	2.035
Reservatórios, barragens e adutoras	42.356	-	-	42.356	(20.432)	21.924	22.807
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.986	-	220	16.206	(8.344)	7.862	8.021
Máquinas e equipamentos	32.549	(9.201)	9.595	32.943	(14.813)	18.130	18.287
Veículos	76	-	-	76	(76)	-	-
Móveis e utensílios	48	-	-	48	(40)	8	9
Subtotal	93.050	(9.201)	9.815	93.664	(43.705)	49.959	51.159

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Geração								
Máquinas e equipamentos	1.139	12.133	-	(9.595)	3.677	-	3.677	1.139
Edificações, obras civis e benfeitorias	262	-	-	(220)	42	-	42	262
Outros	498	80	-	-	578	-	578	498
Administração								
Subtotal	1.899	12.213	-	(9.815)	4.297	-	4.297	1.899
Total do Ativo Imobilizado	94.949	12.213	(9.201)	-	97.961	(43.705)	54.256	53.058

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material/ Equipamentos	Serviços de Terceiros	Total
Máquinas e Equipamentos	1.490	1.037	2.527
Outros	-	-	-
Total das Adições	1.490	1.037	2.527

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. Com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. A taxa média de depreciação em 2023 é de 2,48% (2,47% em 2022).

9. INTANGÍVEL

Ativo Intangível	2023			2022		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Geração						
Servidão	249	-	249	249	-	249
Ativos da Concessão - GSF	8.900	(1.518)	7.382	8.900	(912)	7.988
Total do Ativo Intangível	9.149	(1.518)	7.631	9.149	(912)	8.237

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2022	Valor Bruto em 31/12/2023	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Em Serviço					
Geração					
Servidão	249	249	-	249	249
Ativos da Concessão - GSF	8.900	8.900	(1.518)	7.382	7.988
Total do Ativo Intangível	9.149	9.149	(1.518)	7.631	8.237

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2021	Adição (A)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) – (B) + (C)	Amortização Ac.	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em Serviço								
Geração								
Servidão	249	-	-	249	-	-	249	249
Ativos da Concessão - GSF	8.900	-	-	8.900	-	(912)	7.988	8.597
Total do Ativo Intangível	9.149	-	-	9.149	-	(912)	8.237	8.846

O ativo intangível de servidão refere-se ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão e, portanto, não é amortizado.

10. FORNECEDORES

	2023	2022
Circulante		
Operação e Manutenção de Usina	1.811	1.267
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	15	15
Energia de curto prazo - CCEE	-	77
Total	1.826	1.359

11. PROVISÕES

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões		
Ambientais	85	78
	85	78

	31/12/2022	Adições	Reversões	31/12/2023
Provisões				
Ambientais	78	7	-	85
	78	7	-	85

Os passivos contingentes referentes aos processos de natureza ambiental e patrimonial, totalizaram R\$307 em 31 de dezembro de 2023 (R\$15.326 em 31 de dezembro de 2022), dos quais R\$85 foram provisionados em 31 de dezembro de 2023 (R\$78 em 31 de dezembro de 2022), sendo essa a estimativa provável de recursos para liquidar essas discussões. No 2º trimestre de 2023, houve a reavaliação da probabilidade de perda para Remota da pasta Ambi-000043622, de R\$15 mil, considerando a sentença de improcedência, confirmada em segundo grau e com baixas chances de reversão nos tribunais superiores por se tratar de matéria de fato.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

12. TRIBUTOS

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2023	2022
Circulante		
PASEP	26	32
COFINS	118	147
ICMS	264	13
INSS	143	127
ISS	203	180
Outros	68	63
	822	562
Não circulante		
COFINS Diferido	488	390
PASEP Diferido	106	125
	594	515
Total	1.416	1.077

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher

	2023	2022
Circulante		
Imposto de Renda	26	189
Contribuição Social	100	170
Total	126	359

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2023	2022
Não Circulante		
Imposto de Renda diferido	185	278
Contribuição Social diferida	96	135
Total	281	413

d) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2023	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	62.175	62.175
Exclusão ICMS ST	(7.673)	(7.673)
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.360	6.540
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações	2.828	2.828
Outras Receitas Financeiras	857	857
Base de Cálculo - Lucro Presumido	8.045	10.225
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.207	920
Adicional (10% sobre valor superior a R\$240)	781	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.987	920
Acerto de crédito	(858)	(463)
Rendas de Aplicações	2.591	2.591
Renda de aplicações resgatadas	2.828	2.828
Rendas de aplicações não resgatadas	(237)	(237)
Alíquota	25%	9%
	(60)	(21)
Receita por competência (receita diferida)	(1.060)	(1.060)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(85)	(127)
Alíquota	25%	9%
	(21)	(11)
Ganhos com repactuação do risco hidrológico (líquido amortização)	(607)	(607)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(49)	(73)
Alíquota	25%	9%
	(12)	(7)
Corrente	1.129	457
Diferido	(93)	(39)

	2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	57.216	57.216
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.577	6.866
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações	1.463	1.463
Outras Receitas Financeiras	223	223
Base de Cálculo - Lucro Presumido	6.263	8.552
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	939	770
Adicional (10% sobre valor superior a R\$240)	602	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.542	770
Acerto de crédito		
Rendas de Aplicações Não resgatadas (realização)	249	249
Alíquota	25%	9%
	62	22
Receita por competência (receita diferida)	1.909	1.909
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	153	229
Alíquota	25%	9%
	38	22
Ganhos com repactuação do risco hidrológico (líquido amortização)	(607)	(607)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(49)	(73)
Alíquota	25%	9%
	(12)	(7)
Corrente	1.542	770
Diferido	88	36

13. ENCARGOS SETORIAIS

	2023	2022
Passivo Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	356	461
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	8	8
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético - EPE/MME	14	18
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	440	572
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	572	921
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	28	35
CDE sobre P&D	8	10
	1.426	2.025
Passivo Não Circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	707	823
	707	823
Total Passivo	2.133	2.848

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$46.944, constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Reservas

Reservas de lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2023	2022
Reserva Legal	9.389	9.389
Reserva de Lucros (Dividendos Adicionais Propostos)	14.945	12.779
	24.334	22.168

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu Reserva Legal em 2023, uma vez que está limitada a 20% do Capital Social.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R\$14.945 referente a dividendos adicionais propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do

encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado societário está demonstrado abaixo:

	2023	2022
Dividendos Obrigatórios		
Resultado Societário do Exercício	27.839	23.507
Realização do custo atribuído	2.052	2.052
	29.891	25.559
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	1.744	12.780
Dividendos intermediários já pagos em 2023	13.202	-
Dividendos Adicionais Propostos	14.945	12.779
Total dos Dividendos	29.891	25.559

d) Destinação do Resultado de 2023 – Proposta da Administração

Destinação do Resultado de 2023 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2024, a seguinte proposta de destinação do resultado societário de 2023, no montante de R\$27.839, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$2.052, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2023:

- Do montante de R\$14.945 mil referente aos dividendos mínimos obrigatórios, R\$13.202 mil foi pago em 2023 como dividendos intercalares, e R\$1.744 mil deverá ser pago até 31 de dezembro de 2024; e
- R\$14.945 mil referentes a dividendos adicionais.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

Lucro Líquido 2023	Reversão Reserva de Lucros a Realizar	Distribuição do Resultado		
		Div. Mín. Obrigatórios já pagos em 2023	Div. Mín. Obrigatórios	Patrimônio Líquido (Dividendos adicionais)
27.839	2.052	13.202	1.744	14.945

e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.780
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	(12.780)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	1.744
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.744

f) Pagamento de dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	12.780
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	12.779
Pagamento de dividendos intermediários ref. 2023	13.202
	38.761

15. RECEITA

	2023	2022
Receita Bruta de Energia Elétrica (a)	61.114	59.125
Deduções à Receita Operacional (b)	(15.872)	(14.594)
Receita Operacional Líquida	45.242	44.531

a) Receita Bruta de Energia Elétrica

	Nº de Consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Fornecimento Faturado – Industrial	1	1	223.892	212.303	59.098	50.068
Fornecimento Não Faturado - Industrial	-	-	-	-	3.670	1.370
Suprimento a outras concessionárias					835	4.122
(-) Reversão receita não faturada ano anterior (i)	-	-	-	-	(5.000)	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-	2.511	3.565
Total	1	1	223.892	212.303	61.114	59.125

(i) Trata-se de novo procedimento para estorno da provisão de renda não faturada referente a dezembro de 2022 realizado em janeiro de 2023.

b) Deduções à Receita Operacional

	2023	2022
Tributos		
COFINS	1.519	1.503
PASEP	329	326
ICMS	10.473	9.012
	12.321	10.841
Encargos		
Reserva Global de Reversão – RGR	1.141	1.126
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	127	125
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	181	179
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	90	90
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	92	128
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.866	2.050
CDE sobre P&D	54	55
	3.551	3.753
	15.872	14.594

16. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA “A”

	2023	2022
Energia Elétrica Comprada para Revenda		
Energia de Curto Prazo	1.087	2.586
Encargos de Uso da Rede de Distribuição	4.899	5.190
	5.986	7.776

17. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

	2023	2022
Pessoal e administradores (a)	2.586	2.683
Materiais	403	385
Serviços de terceiros (b)	4.536	4.219
Seguros	92	89
Depreciação e amortização	2.964	3.071
Provisões (Reversões)	(7)	(30)
Gastos diversos	580	135
TOTAL	11.154	10.552

a) Pessoal e administradores	2023	2022
Pessoal		
Outros		
Remuneração	947	936
Encargos	322	322
Previdência privada	78	72
Participação nos lucros e resultados - PLR (reversão de provisão)	135	270
Outros benefícios - Correntes	458	393
	1.940	1.993
Convênio de compartilhamento	565	629
Administradores	81	61
TOTAL	2.586	2.683

(b) Serviços de terceiros	2023	2022
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	487	451
Convênio de compartilhamento - O&M	1.830	1.930
Comunicação	291	185
Meio ambiente	675	527
Conservação e limpeza de prédios e vila de operadores	535	508
Despesas com transporte	26	183
Auditoria externa	34	44
Tecnologia da informação	132	125
Outros	526	266
	4.536	4.219

18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	2.591	1.712
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	433	157
Variação monetária de depósitos judiciais	5	4
Variação Monetária de créditos tributários	314	-
Outras receitas financeiras	106	61
	3.449	1.934
Despesas Financeiras		
Variação Monetária	(138)	(103)
Outras Despesas Financeiras	(68)	(39)
	(206)	(142)
Resultado Financeiro	3.243	1.792

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	255	-	-	-	(255)	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	254	-	-	(502)	(810)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	294	115	-	-	(1.826)	(1.923)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.744	-	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, aprovou os Dividendos no total de R\$ 1.744. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 14.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.820	2.669	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6.189	15.833	-	-	99	333	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	60	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	78	58
Participação nos resultados	17	14
Previdência privada	3	3
Total (1)	98	75

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias		7.236	7.236	5.808	5.808
Investimentos Temporários		-	-	2.183	2.183
Depósitos Judiciais		543	543	539	539
		7.779	7.779	8.530	8.530
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	2.922	2.922	2.774	2.774
Investimentos Temporários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1	591	591	1.739	1.739
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.815	3.815	8.231	8.231
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.721	1.721	3.650	3.650
Debêntures		63	63	91	91
		9.112	9.112	16.485	16.485
		16.891	16.981	25.015	25.015
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores		(1.826)	(1.826)	(1.359)	(1.359)
Arrendamentos		(338)	(338)	(91)	(91)
		2.164	2.164	(1.450)	(1.450)

(1) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses

preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente

monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.821	5	-	-	-	1.826
	1.821	5	-	-	-	1.826

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela UHE Rosal. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

21. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do Ativo Societário e Regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		2.963	-	2.963	2.900	-	2.900
Investimentos temporários		6.190	-	6.190	15.834	-	15.834
Consumidores, concessionárias e permissionárias		7.236	-	7.236	5.808	-	5.808
Tributos compensáveis		65	-	65	4	-	4
Outros ativos circulantes	21.2	377	-	377	1.109	(727)	382
TOTAL DO CIRCULANTE		16.831	-	16.831	25.655	(727)	24.928
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		-	-	-	60	-	60
Tributos compensáveis		571	-	571	454	-	454
Depósitos judiciais		543	-	543	539	-	539
Imobilizado	21.1	54.474	39.150	93.624	54.256	41.202	95.458
Intangível	21.1	7.631	48	7.679	8.237	50	8.287
Direito de uso		323	-	323	82	-	82
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		63.542	39.198	102.740	63.628	41.252	104.880
ATIVO TOTAL		80.373	39.198	119.571	89.283	40.525	129.808

b) Conciliação do Passivo Societário e Regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		1.816	-	1.826	1.359	-	1.359
Obrigações sociais e trabalhistas		702	-	702	727	-	727
Impostos, taxas e contribuições		822	-	822	562	-	562
Imposto de renda e contribuição social a recolher		126	-	126	359	-	359
Dividendos a pagar		1.744	-	1.744	12.780	-	12.780
Encargos setoriais	21.2	1.428	(2)	1.426	2.025	(727)	1.298
Convênio de compartilhamento		255	-	255	254	-	254
Outros passivos circulantes		96	-	96	36	-	36
TOTAL DO CIRCULANTE		6.999	-	6.997	18.102	(727)	17.375
NÃO CIRCULANTE							
Encargos setoriais		707	-	707	823	-	823
Impostos, taxas e contribuições		594	-	594	928	-	515
Impostos de renda e contribuição social diferidos		281	-	281	413	-	413
Provisões		85	-	85	78	-	78
Outros passivos não circulantes		269	-	269	80	-	80
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.936	-	1.936	1.909	-	1.909
TOTAL DO PASSIVO		8.935	(2)	8.933	20.011	(727)	19.284
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		46.944	-	46.944	46.944	-	46.944
Reservas de capital		160	-	160	160	-	160
Reservas de lucros		24.334	-	24.334	22.168	-	22.168
Reserva de ajuste de avaliação patrimonial	21.1	-	39.200	39.200	-	41.252	41.252
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.438	39.200	110.638	69.272	41.252	110.524
PASSIVO TOTAL		80.373	39.198	119.571	89.283	40.525	129.808

c) Conciliação do Resultado Societário e Regulatório

	Notas	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA BRUTA		61.114	-	61.114	59.125	-	59.125
Fornecimento de energia elétrica		62.768	-	62.768	51.438	-	51.438
Suprimento de energia elétrica		(4.165)	-	(4.165)	4.122	-	4.122
Energia elétrica de curto prazo		2.511	-	2.511	3.565	-	3.565
TRIBUTOS		(12.321)	-	(12.321)	(10.841)	-	(10.841)
ICMS		(10.473)	-	(10.473)	(9.012)	-	(9.012)
PIS/Pasep		(329)	-	(329)	(326)	-	(326)
Cofins		(1.519)	-	(1.519)	(1.503)	-	(1.503)
ENCARGOS – PARCELA "A"		(3.551)	-	(3.551)	(3.753)	-	(3.753)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(452)	-	(452)	(449)	-	(449)
Reserva Global de Reversão – RGR		(1.141)	-	(1.141)	(1.126)	-	(1.126)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(1.866)	-	(1.866)	(2.050)	-	(2.050)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(92)	-	(92)	(128)	-	(128)
RECEITA LÍQUIDA		45.242	-	45.242	44.531	-	44.531
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		(5.986)	-	(5.986)	(7.776)	-	(7.776)
Energia elétrica comprada para revenda		(1.087)	-	(1.087)	(2.586)	-	(2.586)
Encargos de uso da rede de distribuição		(4.899)	-	(4.899)	(5.190)	-	(5.190)

RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		39.256	-	39.256	36.755	-	36.755
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(11.154)	(2.052)	(13.206)	(10.552)	(2.052)	(12.604)
Pessoal e administradores		(2.586)	-	(2.586)	(2.683)	-	(2.683)
Materiais		(403)	-	(403)	(385)	-	(385)
Serviços de terceiros		(4.536)	-	(4.536)	(4.219)	-	(4.219)
Seguros		(92)	-	(92)	(89)	-	(89)
Depreciação e amortização	21.1	(2.964)	(2.052)	(5.016)	(3.071)	(2.052)	(5.123)
Provisões		7	-	7	30	-	30
Gastos diversos		(580)	-	(580)	(135)	-	(135)
RESULTADO DA ATIVIDADE		28.102	(2.052)	26.050	26.203	(2.052)	24.151
Ganho com ressarcimento do GSF					-	-	-
Resultado financeiro		3.243	-	3.243	1.792	-	1.792
Receitas financeiras		3.449	-	3.449	1.934	-	1.934
Despesas financeiras		(206)	-	(206)	(142)	-	(142)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		31.345	(2.052)	29.293	27.995	(2.052)	25.943
Despesas com tributos sobre o lucro		(1.454)	-	(1.454)	(2.436)	-	(2.436)
RESULTADO LÍQUIDO		29.891	(2.052)	27.839	25.559	(2.052)	23.507

d) Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório

	Notas	2023	2022
Patrimônio Líquido Societário		110.638	110.524
Efeito dos Ajustes de Práticas Contábeis			
Reavaliação - Custo Atribuído	21.1	(39.200)	(41.252)
Patrimônio Líquido Regulatório		71.438	69.272

e) Conciliação do Lucro Líquido Societário e Regulatório

	2023	2022
Resultado do Exercício Societário	27.839	23.507
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Realização da Reavaliação do Custo Atribuído	2.052	2.052
Total dos ajustes de práticas contábeis	2.052	2.052
Resultado do Exercício Regulatório	29.891	25.559

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

21.1. Imobilizado e Intangível

Os efeitos são decorrentes das diferenças de práticas contábeis entre a contabilidade societária e a regulatória. Na adoção das normas internacionais de contabilidade em 2010, a Companhia registrou os ativos de geração utilizando o custo atribuído na data, conforme laudo de avaliação realizado por empresa avaliadora. Conforme MCSE, nas demonstrações contábeis regulatórias são estornados os saldos do ativo, da reserva de ajustes de avaliação patrimonial e a consequente depreciação e realização desses saldos no Resultado do Exercício.

21.2. Serviços em curso - serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.98 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos. Existem valores contabilizados somente em 2022.

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04

TERMO DE RESPONSABILIDADE